



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
GABINETE DO GOVERNADOR - CASA MILITAR  
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA



São Paulo, 11 de outubro de 2013.

OFÍCIO Nº CMIL - 093/610/13.

Prezada Assessora

Em atenção ao Requerimento nº 299/13, de autoria do nobre Deputado Edinho Silva, que trata do pedido de prestação de informações a respeito das ações de Defesa Civil realizadas no município de Taquarituba, incumbiu-me o Secretário-Chefe da Casa Militar e Coordenador Estadual de Defesa Civil esclarecer as ações realizadas por esta Coordenadoria, bem como informar outras iniciativas governamentais executadas no atendimento ao município no pós-evento.

Após a ocorrência do evento em 22 de setembro do ano corrente, o município de Taquarituba decretou Estado de Calamidade Pública, por meio do Decreto Municipal nº 272/2013, sendo homologado de pronto pelo Governo do Estado de São Paulo por meio do Decreto nº 59.544, 24/09/2013. Todo o processo de atendimento à emergência, ajuda humanitária a população atingida, bem como, de análise dos danos e prejuízos daquele município, foi realizada em parceria com equipes de técnicos da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil do Estado (CEDEC/SP) que permaneceram no município entre os dias 22 e 29 de setembro, ofertando assim, auxílio na organização e delimitação das ações de resposta, serviços essenciais nos primeiros momentos pós-desastre.

Conforme solicitação da prefeitura (Of. 496/2013), a CEDEC-SP repassou material de ajuda humanitária para auxiliar nas ações de resposta e reconstrução, sendo atendidos prontamente e na totalidade do pedido com os materiais relacionados a seguir: 10 lonas plásticas, 100 colchões, 100 agasalhos, 100 cobertores, 100 lençóis, 100 kits higiene, 100 kits de limpeza, 100 camisetas e 100 pares de tênis, além de 224 telhas de 6 mm e 82 telhas de 4 mm entregues em 26 de setembro, no Almoarifado Geral do Município, totalizando o valor de R\$ 35.600,00.

Após avaliação realizada pela prefeitura sobre os danos em instalações e áreas públicas, o prefeito de Taquarituba solicitou ao Governo do Estado de São Paulo auxílio para recuperação dos locais atingidos. O pedido foi feito por meio do ofício municipal 511/2013, via Defesa Civil, conforme descrito a seguir: a Estação Rodoviária com 1700m<sup>2</sup> de construção foi afetada em sua totalidade pelo sinistro, valor estimado em R\$ 585.000,00; o Parque Municipal Ico Rodrigues com área total de 24.000 m<sup>2</sup> os danos foram a destruição total na cobertura da quadra poliesportiva e iluminação, danos na alvenaria de vestiários, quadra de tênis e campo de futebol (alamedado, gramado e iluminação) e iluminação externa do Parque Municipal, valor estimado em R\$ 720.000,00; danificação total na estrutura metálica de cobertura e fechamento, iluminação, portas e portões no galpão de agronegócios com 1.000 m<sup>2</sup> de área construída, valor estimado em R\$ 230.000,00; e o pavimento de ambas as pistas da Av. Dorival Dognani no Distrito Industrial foi totalmente danificado sendo necessária a reconstrução do referido pavimento asfáltico, valor estimado em R\$ 1.200.000,00, totalizando um valor de R\$ 2.735.000,00 para a recuperação, sendo direcionados para Casa Civil, a fim de verificar a possibilidade de atendimento.

Segundo informações da prefeitura, alguns dos pedidos expostos acima possuem os seguintes andamentos:

1) No dia 1º de outubro 2013 o Secretário Adjunto da Justiça, Dr. Fleury, compareceu no município e orientou o Prefeito Miderson, sobre como obter recursos do Fundo Estadual de Interesses Difusos (FID) para recuperação da Estação Rodoviária, do Ginásio de Esportes e do Barracão de Agronegócios. No próximo dia 20, haverá reunião do conselho do FID onde será apresentada uma carta proposta para obtenção de recursos, e, caso não seja viável, o pedido será encaminhado diretamente a Casa Civil do Estado.

2) Para empresas de Pequeno Porte serão solicitados recursos pelo programa Desenvolve São Paulo, e para empresas de Médio e Grande Porte no último dia 1º à Casa Civil da Presidência da República ofereceu recursos de um programa do BNDES, que possui juros mais baixos, 5,9%, ainda em avaliação.

Esclareço ainda que o município poderá solicitar a transferência de recursos financeiros por intermédio de formalização de convênios para obras de Defesa Civil, observados os critérios estabelecidos do Decreto nº 57.905, de 23 de março de 2012.

Visando o cumprimento de todas as missões legalmente atribuídas à Defesa Civil Estadual, sobretudo a ajuda humanitária, tanto em emergências como nas ações preventivas, as Coordenadorias Regionais de Defesa Civil dispõem de veículos para atendimento aos municípios, por meio de seus coordenadores regionais.

Diante do aumento dos efeitos dos desastres naturais e de riscos geológicos, o Estado de São Paulo vem desencadeando, por meio de suas instituições, ações de enfrentamento, implementando medidas preventivas e mitigadoras, aperfeiçoando suas ferramentas de gestão, investindo na capacitação de seus profissionais e realizando pesquisas aplicadas, entre outras.

Uma das principais ferramentas para auxílio neste cenário trata-se do Programa Estadual de Prevenção de Desastres Naturais e de Redução de Riscos Geológicos (PDN), que trouxe uma nova forma de enfrentar os problemas relacionados a ocorrência de desastres naturais e riscos geológicos no Estado de São Paulo, indicando formas de evitar, reduzir, gerenciar e mitigar situações de risco em todo o seu território, buscando a articulação de ações, programas e projetos das Secretarias de Governo e das Instituições Públicas que atuam com o tema desastres naturais e riscos geológicos.

Outra iniciativa importante se dá por meio da Comissão Estadual do Plano de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos (P2R2), com o objetivo de apresentar propostas para a prevenção de ocorrências de acidentes com produtos químicos e aprimoramento do sistema de preparação e resposta a estas emergências no Estado.

Atualmente a Comissão P2R2 atua com um Protocolo Unificado de Atendimento a Emergências Químicas no Estado De São Paulo, que tem a finalidade de estabelecer uma padronização na gestão das emergências ambientais com produtos químicos, em todo o Estado, integrando as atividades dos órgãos públicos municipais, estaduais e federais.

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos de elevada estima e distinta consideração.

**JOSÉ ROBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA**  
Tenente Coronel PM Chefe de Gabinete da Casa Militar

A Sua Senhoria, a Senhora  
**ANADIL ABUJABRA AMORIM**  
Assessora Chefe da Assessoria Técnico-Legislativa